http://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v39a2025-74872

Megafascismo e neoliberalismo a partir de Deleuze e Guattari: crítica à produção de subjetividades na educação contemporânea

Alexandre Filordi de Carvalho[*]

Resumo: O objetivo do artigo é o de constituir teoricamente a noção de megafascismo como chave analítica de compreensão da produção de subjetividade contemporânea na interface do neoliberalismo e de suas consequências para educação brasileira. A partir da investigação das mutações analíticas que Deleuze e Guattari empenharam na noção de fascismo, a hipótese sustenta que o megafascismo é um sistema aberto, complexo, caótico, sem dominação centralizada, porém, capaz de dissipar múltiplos sentidos e manifestações de acoplamentos autoritários, discriminatórios, intolerantes, anticientíficos, reacionários, com brutalismos identitários e pós-verdades mortíferas, implicando diretamente a constituição micropolítica dos territórios existenciais. O efeito imediato da relação megafascismo e neoliberalismo implica os modos de se pensar intervenções na educação contrárias a tais dimensões.

Palavras-chave: Megafascismo; Neoliberalismo; Educação; Produção de Subjetividade; Deleuze e Guattari.

[*] Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor na Universidade Federal de Lavras (UFLA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq-Nível 2. Email: afilordi@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5589093016557658. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4510-9440.

Megafascism and neoliberalism from Deleuze and Guattari: critique of the production of subjectivities in contemporary education

Abstract: The aim of the article is to theoretically construct the notion of mega-fascism as an analytical key to understanding the production of contemporary subjectivity at the interface of neoliberalism and its consequences for Brazilian education. Based on an investigation of the analytical mutations that Deleuze and Guattari made to the notion of fascism, the hypothesis is that mega-fascism is an open, complex, chaotic system, without centralized domination, but capable of dissipating multiple meanings and manifestations of authoritarian, discriminatory, intolerant, anti-scientific, reactionary couplings, with identity brutalisms and deadly post-truths, directly implying the micro-political constitution of existential territories. The immediate effect of the relationship between mega-fascism and neoliberalism implies ways of thinking about interventions in education that go against these dimensions.

Keywords: Mega-fascism; Neoliberalism; Education; Subjectivity Production; Deleuze and Guattari.

Megafascismo y neoliberalismo desde Deleuze y Guattari: crítica a la producción de subjetividades en la educación contemporánea

Resumen: El objetivo del artículo es constituir teóricamente la noción de megafascismo como clave analítica para comprender la producción de subjetividad contemporánea en la interfaz del neoliberalismo y sus consecuencias para la educación brasileña. A partir de la investigación de las mutaciones analíticas que Deleuze y Guattari cometieron en la noción de fascismo, se sustenta la hipótesis de que el megafascismo es un sistema abierto, complejo, caótico, sin dominación centralizada, pero capaz de disipar múltiples significados y manifestaciones de acoplamientos autoritarios y discriminatorios, intolerante, anticientífico, reaccionario, con brutalismo identitario y posverdades mortales, implicando directamente la constitución micropolítica de los territorios existenciales. El efecto inmediato de la relación entre megafascismo y neoliberalismo implica formas de pensar sobre las intervenciones en educación que son contrarias a tales dimensiones.

Palabras clave: Megafascismo; Neoliberalismo; Educación; Producción de Subjetividad; Deleuze y Guattari.

Delineamentos introdutórios: a complexidade de uma atualização

Não se chega a contar uma década o repertório emergente de análises acerca da explosão da guinada política no mundo contemporâneo ocidental para a extrema direita. A incontornável presença de uma "razão populista", nos termos de Laclau (2020), aninhou-se convenientemente nos estertores de todo tipo de reacionarismo social, coletivo e partidário. Na impossibilidade de recensear a rica variação temática, contudo, alguns temas passaram a se destacar: crise, conservadorismo, fundamentalismo, populismo, democracia de extermínio, luta contra o comunismo, defesa da família, da pátria e dos valores cristões, por sua vez, litigando contra todo tipo de avanço em políticas públicas acerca do direito ao aborto, casamentos homoafetivos, eutanásia e sucessivamente (Ab'Sáber, 2018; Almeida; Toniol, 2019; Laclau, 2020).

Duas faixas mais amplas de investigação, em algum ponto, tocam a complexidade de tal horizonte: fascismo e neoliberalismo. Apesar das distintas tônicas, é nítida a preocupação acerca da relação da assunção da extrema direita política com a conjuntura afirmativa da austeridade neoliberal e de sua defesa, ainda que, popularmente, ela seria contra o interesse das pessoas comuns. Para Mattei (2023), o neoliberalismo é o mapa-guia responsável pela abertura do caminho para o fascismo. Em 1936, Guérin (2021) fez análise parecida, hoje clássica, de que foi a crise econômica a responsável pela assunção totalitária no contexto ítalo-germânico. O ponto, de suma importância, está no fato de que, de fato, a secular história de um sistema político que devora a democracia persiste e não deixou de estar na ordem do dia. Tanto é que, em livro recente, Fraser (2022) denominou de capitalismo canibal a forma pela qual, aportado pela mesma seara neoliberalismo-extrema direita, a configuração da organização da vida social vem normalizando o fim da democracia como experiência de via, dissolvendo inclusive o sentido comum de pertencimento comunitário e de vínculos sociais.

Gallo e Espinel-Bernal (2023) localizaram no termo "crise contemporânea" o encontro dessa desfigurada época com certos impasses

alocados no campo da educação e desafios urgentes: educação para a democracia, inclusão, experiência, sem contar a persistência de eixos a confrontar diretamente os arquivos epistêmicos e empíricos do educar: antropotécnica, pós-verdade, rede social e inteligência artificial. Também no campo da educação, Carvalho e Almeida (2022) enxergaram na assunção do conservadorismo o refreio nas políticas públicas de afirmações inclusivas, sempre avizinhadas do neoliberalismo e das condições fascistizantes da atualidade.

Partindo de tal conjuntura, o que se pretende neste artigo é apresentar uma formulação teórica cujo escopo pretende colocar em cena um duplo movimento problematizador. De um lado, assumir que há mesmo uma relação direta nas mutações sócio-políticas reacionárias com estreita ligação com o neoliberalismo. De outro lado, porém, sustentar-se-á que a chave analítica do fascismo é insuficiente para dar conta de colmatar as acepções a ele atinente: autoritarismo, conservadorismo, extrema direita, violência e assim por diante. Nesse sentido, partindo do pensamento de Deleuze e Guattari (1992, 2010, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2012c, 2014), pretende-se apostar na invenção da noção de megafascismo.

Ao seu redor orbitarão pontuações vinculantes com as modificações no cenário das experiências com a educação contemporânea. Mas, para tanto, há de se responder: o que justificaria a menção ao megafascismo? Como e por que ele se dissociaria da fortuna crítica voltada ao fascismo? Quais implicações teórico-analíticas poderiam ser levadas adiante caso se sustente a noção de megafascismo? E do ponto de vista das relações humanas na sociedade contemporânea e do imprescindível compromisso da educação com a afirmação da democracia, dos direitos humanos, da pluralidade de pensamento, da convivência com as diferenças e do compromisso com a ciência, o que estaria em questão?

Contemporaneidade em diagnóstico: mutações fascistas para a educação

Guattari (1992, 2003, 2011a, 2011b) assinalava para o perigo que a hiper desterritorialização dos valores, empalmada pela aceleração do capitalismo especulativo e a perda de valores comuns haveriam de engendrar novos fascismos. Essa hipótese já era, nos anos de 1960-1970, a bem da verdade, prenunciada por Pasolini (2020). Referidos fascismos emergiriam como sintoma reativo das buscas grupais por segurança, donde o retorno aos símbolos arcaicos da unidade social reativa: Deus, Pátria, Família, moralidades, por exemplo. O mesmo pode ser encontrado em Deleuze e Guattari (2010, 2012a, 2012b, 2012c). Nessa espécie de *admirável mundo novo*, as guerras não são mais contra "inimigos" instituídos no âmbito de blocos polares *in extremis*, mas são guerras "humanitárias" (Alliez; Lazzarato, 2016; Todorov, 2012), em defesa de certa humidade, fazendo ressurgir o messianismo político da implementação securitária neoliberal numa espécie de inclusão forçada. No Brasil, a polícia que mata nas comunidades é para "o bem" e a defesa do que é "correto" para a sociedade.

Não desapegada de tal cenário mutante, sucessivas investigações (Berardi, 2005, 2020; Brown, 2019; Hosang; Lowndes, 2019; Jappe, 2021; Klein, 2007; Lazzarato, 2014; Slobodian, 2018; Standing, 2019; Zuboff, 2020) argumentam que o capitalismo não é mais produtivo, mas improdutivo; algoritmizado, empenhado na aposta de milissegundos com hipermáquinas especializadas; panóptico, porém, fantasmagórico – o rosto informe de um sujeito incompreensível: "o mercado", sempre especulativo e dissipado no acúmulo da antiforça de trabalho, logo, ilocalizável, pois aplicado em investimentos que garantem o endividamento cotidiano; personificador de certo Eu ideal, embora ancorando a vida na precarização; doravante, o trabalho reduzido à condição abstrata extrai quantificações de qualquer atividade, determinando uma indiferença radical em relação a todo conteúdo, a qualquer uso de valor; o semiocapitalismo condiciona comportamentos, atitudes, relações à cliques, instantaneidades, perfilização,

geolocalização fatiada em bolsões de interesses e por aí adiante, donde "o novo fascismo é um *ciberfascismo*", na expressão de Lazzarato (2019, p. 104). Tudo isso converge também para aquilo que foi um novo panorama de certo totalitarismo político-econômico: o neoliberalismo basal dos anos 1970-1980 para o neoliberalismo da sociedade ingovernável (Chamayou, 2020) ou, mais condizente aos argumentos aqui em sustentação, de um neoliberalismo fascista (Lazzarato, 2019).

Esse contexto é insistentemente situado no registro de um novo fascismo ou neofascismo (Bray, 2019; Lazzarato, 2019; Almeida; Toniol, 2019). Suponho, contudo, que tal adjetivação não ajuda a compreender a abrangência implicada nas mutações sociais em curso, dificultando a apreensão de suas especificidades. De um lado, porque não deixa entrever o alcance da memória social e de sua presença ao que se denomina "novo" fascismo; de outro lado, porque o "novo" tende a enfatizar a labialidade do recente em detrimento do que é sincrônico como causa e efeito histórico, ou ainda, extensão de algumas constâncias sintomáticas de uma produção de vontade de sujeição conjuntamente com uma vontade de dominação. De toda forma, algo inconteste se dispõe no horizonte:

> A ideologia ultraliberal, apesar das crises que provoca, continua dominando os círculos governamentais de numerosos países. O populismo e a xenofobia crescem, garantindo o sucesso dos partidos extremistas. A democracia está doente de seu descomedimento: a liberdade torna-se tirania, o povo se transforma em massa manipulável, o desejo de promover o progresso se converte em espírito de cruzada. A economia, o Estado e o direito deixam de ser meios destinados ao florescimento de todos e participam agora de um processo de desumanização (Todorov, 2012, p. 197).

Todavia, a compreensão da chegada a esse ponto se situa na investigação do movimento analítico de longa extensão que, a partir da transformação da centralidade nocional da própria concepção de fascismo, permite-se entrever sua estreita ligação com as transformações sociais aí atinentes. Sustento que o modo pelo qual Deleuze e Guattari (1992, 2010,

2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2012c, 2014) empreenderam filosoficamente a reverberação mutacional do fascismo, além de o atualizar na franja de demandas contemporâneas, desenham condições para se fundamentar o que se pretende delinear nocionalmente como megafascismo.

Nos entremeios desse diagnóstico, constituir teoricamente a noção de megafascismo como chave analítica de compreensão da produção de subjetividade contemporânea na interface do neoliberalismo e de suas consequências na educação brasileira pode auxiliar na compreensão de manifestações sociais cuja emersão desafiam a própria atualidade do campo teórico dos fundamentos da educação. Apesar de ser verdadeiro que o mesmo ocorre em suas empirias, porém, o meu foco aqui é teórico. Por conseguinte, suponho que o efeito imediato da relação megafascismo e neoliberalismo implica nos modos de se pensar intervenções na educação exigindo atenção às complexas mutações nas relações capitalistas conexionistas (Boltanski; Chiapello, 2009) empreendidas no neoliberalismo "autofágico" (Jappe, 2021) ou "canibal" (Fraser, 2022), afeitos ao brutalismo constante e amparados pela política da inimizade (Mbembe, 2021a, 2021b).

Sem desconsiderar a memória social do fascismo entre II Guerrra Mundial, o que não há espaço para ser trabalho neste momento, penso que o megafascismo é um sistema aberto, complexo, caótico, sem dominação centralizada, porém, capaz de dissipar múltiplos sentidos e manifestações de acoplamentos autoritários, discriminatórios, xenófobos, aporofóbicos, intolerantes, anticientíficos, reacionários, com brutalismos identitários e pós-verdades mortíferas, implicando diretamente na constituição micropolítica dos territórios existenciais. Nesse sentido, não é apenas "a micropolítica dos créditos que criou as condições para uma micropolítica fascista" (Lazzarato, 2019, p. 35), porém, muitos outros agenciamentos micropolíticos. E situa-se justamente nas modalidades desses agenciamentos a multilateralidade do megafascismo, o que passa a ser visto a seguir.

Megafascismo e neoliberalismo: de uma noção em constituição à crítica da produção de subjetividades na educação contemporânea

Em todas as obras de Deleuze e Guattari, o fascismo foi abordado. Com maior intensidade em *O Anti-Édipo* (1972) e nos *Mil Platôs* (1980). Em *Kafka. Por uma Literatura Menor* (1975) e *O que é a Filosofia* (1991), a menção é mais pontual, embora bastante relevante. Curiosamente, a pletora de abordagens acerca do fascismo nas duas primeiras obras não pode ser desconectada dos subtítulos que as intercomunicam: *Capitalismo e Esquizofrenia*, respectivamente *1* e *2*. Sem nenhuma pretensão de plena abrangência, de modo sumário, é possível ver que os filósofos articularam três teses de longo alcance.

Na primeira acepção, o capitalismo se tornou realidade única a ser desejada, replicando sobre si mesmo a própria modelização desejante. O jogo representacional da sociedade advém do *socius inscriptor* produtivo atuando na realização de ultrafinalidades no pensamento, na ciência, na política, no trabalho, nos comportamentos, nas atitudes, enfim, na produção de como nos tornarmos sujeitos, no sentido de acomodação modelizadora a certos modos de ser. *Socius inscriptor* equivale à ideia de membro ou integrante registrado ou pertencente no nível da identificação vincular.

Para tanto, o capitalismo produz várias máquinas que conectam ou desconectam funcionalidades demandadas enquanto é, simultaneamente, produzido por tais máquinas numa aposta de retroalimentação mútua: máquinas escolares, tecnológicas, burocráticas, políticas, sexuais, familiares etc. Nesse âmbito, o desejo é o que os agenciamentos das máquinas capitalistas determinam que ele seja e o desejo sempre é produtivo. Trata-se de fazer funcionar as coisas e conectá-las. Essa é a primeira aposta esquizo do capitalismo, pois ele cinde a realidade por criá-la na ideação funcional de seus delírios, a partir da reduplicação de cada *socius inscriptor*. A essa altura, desejar no capitalismo pode ser algo fascista, isto é, totalitário, espécie de *Totalität aus Stärk* – Totalidade pela força – sem necessidade de rituais massivos personificados na pessoa do grande ditador, na medida que o desejo repercute o imperativo do "então deseje assim".

Na segunda acepção, Deleuze e Guattari consideram que não há combate ao capitalismo sem ataque às suas representações. Em outros termos, a revolução não está na tomada global dos modos de produção material, única e exclusivamente, para se derivar consequências mutacionais e substituir blocos de representação política por outros. Qualquer mudança social também advém da contraposição e da intervenção aos feixes semióticos, representacionais, lógicos, políticos, sociais e sucessivamente que, no dia a dia, repõem, por intermédio dos mesmos seguimentos da trajetividade de vida, a codificação e a sobrecodificação valorativas, espécies de decalques subjetivos, para que se cumpram apenas as expectativas da axiologia capitalista, o que não está dissociado das maneiras pelas quais a vida psíquica, afetiva, emocional, sexual, produtiva e vincular são condicionadas e reforçadas a ser. Mas aqui, a artimanha *esquiza* opera por mais-descodificação, demandando novas e mais novas produções de representação. Quer dizer, o capitalismo alucina o que já demandou porque necessita sempre de avançar no mais-valor da adequação subjetiva: formação continuada, novas competências e habilidades, adaptação contínua, saber empreender, aumento da capacidade de endividamento, destruir para criar etc. O Estado – forma capitalista primordial: *Urstaat* – é receptor, transmissor e amplificador das *casus belii* capitalista: invasões, guerras, golpes, intervenções, choques econômicos, corrupções, manipulações de informação etc. são agenciamentos mais que conhecidos dessa cumplicidade.

> Assim, a descodificação dos fluxos e a desterritorialização do *socius* formam a tendência mais essencial do capitalismo. Ele não para de se aproximar do seu limite, que é um limite propriamente esquizofrênico. É com todas as suas forças que ele tende a produzir o esquizo como o sujeito dos fluxos descodificados sobre o corpo sem órgãos – mais capitalista do que o capitalista e mais proletário do que o proletário. Ir sempre mais longe na tendência, a ponto do capitalismo se lançar na lua com todos os seus fluxos: *nós, na verdade, ainda não vimos nada* (Deleuze; Guattari, 2010, p. 52, grifos meus).

De fato, a ideia de que "ainda não vimos nada", em 1972, data da publicação de *O Anti-Édipo*, predizia o avanço incontido do capitalismo como fascismo global, adejado no primeiro ciclo do neoliberalismo dos finais daquela década e início dos anos de 1980. Hoje, o fascismo é ultraliberal, argumenta Lazzarato (2019, p. 38) e, ainda, explica:

> Ele é a favor do mercado, da empresa, da iniciativa individual, mesmo se quer um Estado forte para "reprimir" as minorias, os "estrangeiros", os delinquentes etc.; e como os ordoliberais, para literalmente construir o mercado, a empresa e, sobretudo, a propriedade. Ele aceita a democracia que, sem o impulso igualitário das revoluções, é um caroço oco disponível a quaisquer aventuras.

Finalmente, a complexidade do conjunto nocional a perpassar *Capitalismo* e *Esquizofrenia* está correlacionada à criação de novas ferramentas conceituais e analíticas que, de modo singular, permitem a quem a elas investiga pensar no desenho analítico para se realizar margens de ruptura com tal panorama. Aqui a esquizofrenia atinge outro patamar: é singularização rompante na própria esquizofrenia capitalista; um agenciamento-experimentação a delirar no delírio para suplantar suas representações axiológicas. Não à toa, as representações fundantes de verdades sobrecodificadas, tais como Édipo, desejo, economia, capital, Estado, revolução, por sua vez, implicações em ciências de Estado – psicologia/psicanálise, economia, história, sociologia, filosofia etc. – são contestadas e postas em causa.

Para além do croqui desse panorama, quando Foucault (1994) elaborou o prefácio da versão inglesa para *O Anti-Édipo – Capitalismo e Esquizofrenia I* argumentou que se tratava de um livro antifascista e, por isso mesmo, obra ética. Faz total sentido, porque o fascismo concebido por Deleuze e Guattari estava numa matriz analítica além daquelas conhecidas no pré/pós 1939-1945. O imprescindível era afirmar que não existe grande

fascismo sem microfascismo. Foucault (1994, p. 135-135) assim recepcionava *O Anti-Édipo*:

> Como fazer para não se tornar fascista mesmo quando (sobretudo quando) se acredita ser um militante revolucionário? Como livrar nossos discursos e atos, nossos corações e prazeres do fascismo? Como extirpar o fascismo que está incrustado no nosso comportamento? [...] O fascismo que está entre todos nós, que assombra nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta mesma coisa que nos domina e nos explora?

A perspicácia está na nervura da pinça capitalismo-fascismo que, para Deleuze e Guattari são indissociáveis. E na medida da transmutação da axiologia capitalista também ocorre a transmutação do fascismo. No lugar do antigo *fascio* (feixe), teríamos pulverizações, dissipações, espraiamentos, infiltrações e molecularização das representações fascistas. Logo, a dimensão microfascista não é da ordem do ínfimo, mas da intensidade cotidiana e da multiplicação cancerígena: está em todas as partes e cotidianamente experimentada. Eis a consistência do que Deleuze e Guattari anunciaram (2010, p. 341-342):

> É que o desejo nunca é enganado. O interesse pode ser enganado, desconhecido ou traído, mas não o desejo. Daí o grito de Reich: não, as massas não foram enganadas, elas desejaram o fascismo, e é isso que é preciso explicar [...]. As sociedades modernas civilizadas definem-se por processos de descodificação e de desterritorialização. *Mas o que elas desterritorializam de um lado, elas reterritorializam do outro*. Essas neoterritorialidades são frequentemente artificiais, residuais, arcaicas [...]. Umas são sobretudo folclóricas, mas não deixam de representar forças sociais e eventualmente políticas [...]. Outras são enclaves cujo arcaísmo tanto pode alimentar um fascismo moderno. [...] Dentro do capitalismo, o Estado fascista foi, sem dúvida, a mais fantástica tentativa de reterritorialização econômica e política.

Ora, o Estado fascista está dentro do capitalismo e *idem* o microfascismo. O que resta explicar, portanto, é como se passa a desejar a descodificação do capitalismo que, atualmente, para efeitos delimitadores neste artigo, encontra-se no hiper neoliberalismo. Quer dizer, o fascismo estaria no recôndito das máquinas de produção de desejo que dão sentido às representações neoliberais. Um exemplo interessante no campo da educação é adequação voluntariosa das universidades públicas às medidas dos gradientes do mercado. No caso, trata-se especificamente da adequação à busca privada de recursos, dado a escassez de investimentos públicos em detrimento à produção de *superávit* primário. Nessa conjuntura, universidades públicas passaram a criar pró-reitorias de Inovação e Empreendedorismo. Apesar de ser patente a vocação inovadora dessas instituições, em outra margem, trata-se também de acampar a agenda neoliberal do mérito performático de sobrevivência, distanciando-se, consequentemente, em alguma medida, da independência de políticas públicas voltadas para gestos inclusivos, organicamente democráticos e não necessariamente colados às sanhas e às senhas do mercado. Nesse viés, a dissipação da colagem representacional neoliberal passa também a parasitar instituições públicas que, no sentido da função da sensatez crítica como limite ao excesso de governo (Foucault, 2015), deveriam também ser contrabalança às representações do capitalismo.

No entanto, isso não pode ser assim pelo fato de o fascismo ser molecular e múltiplo. O fascismo é sempre plural e solvente para Deleuze e Guattari (2012a, p. 100-102). Sob o único termo o que se resguarda é uma legião de fascismos. Se não, vejamos:

> [...] o fascismo é inseparável de focos moleculares, que pululam e saltam de um ponto a outro, em interação, antes de ressoarem todos juntos no Estado nacional-socialista. Fascismo rural e fascismo de cidade ou de bairro, fascismo jovem e fascismo ex-combatente, fascismo de esquerda e de direita, de casal, de família, de escola ou de repartição: cada fascismo se define por um microburaco negro, que vale por si mesmo e

> comunica com os outros, antes de ressoar num grande buraco negro central generalizado. Há fascismo quando uma máquina de guerra se encontra instalada em cada buraco, em cada nicho. [...] É muito fácil ser antifascista no nível molar, sem ver o fascista que nós mesmos somos, que entretemos e nutrimos, que estimamos com moléculas pessoais e coletivas.

Causa estranheza a ideia quase banal: "o fascista que nós mesmos somos". A radicalidade dos termos reside na coerência da dissolução do "sujeito" representacional. Eivado por produções de subjetividades, impossível desconsiderar a *Erfindung* da fortuna crítica nietzschiana presente nesses filósofos: a invenção de si. No entanto, ela está em causa e não prescinde da intercomunicação com as inescapáveis linhas duras da ontologia histórica de cada um, inclusive a dos filósofos. E foi nesse sentido que em *O que é Filosofia* o fascismo inclusive se correlaciona à experiência filosófica daqueles que, embora capazes de pensar com rigor a liberdade, em termos conceituais, são incapazes de vivê-la como criação. Sinal de que "nós temos comunicação demais, falta-nos criação" (Deleuze; Guattari, 1992, p. 140).

Em dias correntes, a vontade de publicação pela publicação; o conhecimento entabulado em meros coeficientes hierárquicos e estratificados; os frutos do pensamento condicionados ao prazo de validade à baila das pontuações acadêmicas e aos ciclos avaliativos dos programas de pós-graduação; a disfunção dos valores, mais valem cinco artigos publicados em periódicos Qualis A1 que um livro autoral, por exemplo; tudo isso é série da "comunicação demais" decalcada nas demandas performativas do neoliberalismo. Mas o que isso tem a ver com o fascismo? Basta-nos retomar o argumento de Deleuze e Guattari: cada fascismo se define por um microburaco negro, que vale por si mesmo e comunica com os outros, antes de ressoar num grande buraco negro central generalizado.

Se o buraco negro concerne às zonas de poder que a tudo draga e lança para a representação sem volta, onde torvelinhos de linhas caóticas impedem a criação, ele diz respeito à variação e à proliferação de micropolíticas fascistas em todo lugar. Aqui, o fascismo ganha contornos de microfascismos presentes no microburaco negro da vida familiar, nos trâmites acadêmicos, na saúde, nos

signos de autoafirmação, no autoempreendedorismo, no patriarcalismo, nas colonizações mentais etc. Tudo isso está atravessado pela consistência de interação das vaidades, inflexibilidades, verdades cristalizadas, sem contar os falocracismos, empenhos de causas eficientes marcadas por racionalidades burocráticas e sucessivamente.

Na medida que Deleuze e Guattari (2012c) adensaram as análises das mutações fascistas, ao chegarem no platô *1227 – Tratado de Monadologia*, portanto, na obra *Capitalismo e Esquizofrenia 2*, pela primeira vez, adotam a concepção de pós-fascismo. Seguramente, trata-se de uma nova categoria analítica que vai ao encontro das próprias análises que Guattari (2009) empreendia de modo concomitante acerca do capitalismo neoliberal. Assim, afirmaram:

> [...] o fascismo não passa de um esboço, e a *figura pós-fascista* é a de uma máquina de guerra que toma diretamente a paz por objeto, como paz do Terror ou da Sobrevivência. A máquina de guerra torna a formar de novo um espaço liso que agora pretende controlar, cercar toda a terra. A própria guerra total é ultrapassada em direção a uma forma de paz ainda mais terrífica. A máquina de guerra se encarregou do fim, da ordem mundial, e os Estados não passam de objetos ou meios apropriados para essa nova máquina. (Deleuze; Guattari, 2012c, p. 115, grifos meus).

Aqui, a concepção clássica do fascismo (Bobio, 1998) é definitivamente implodida. No entanto, Deleuze e Guattari, apesar de anunciarem com tintas concisas o que é o pós-fascismo, não retomam mais a concepção. Entretanto, sustento que é possível conceber ao longo de suas obras tal compreensão. Penso, porém, que o termo pós-fascismo não ajuda na precisão dos efeitos teórico-analíticos possíveis de serem empreendidos, por algumas razões. O prefixo *pós* não delimita com precisão a circunscrição do fascismo. Algo parecido ocorre com termos como *pós-modernidade*, *pós-estruturalismo* e *pós-ideologia*. A ideia de *pós* pode gerar confusão com superação, quando questões relevantes do fascismo pré/pós II Guerra permanecem como *phylums* dos fascismos contemporâneos, sendo fiel a esta

relevante noção deleuze-guattariana, por exemplo: a tese de que o fascismo atua na franja das contradições subjetivas do homem médio, tal como investigou Reich (2001) permanecem, isto é, o fascismo é sintoma da clivagem da identidade (como pode alguém apoiar uma política que vai contra suas necessidades vitais?) gerando uma identificação reacionária, insubordinações baseadas no medo, acompanhadas de submissão e respeito, exigindo cada vez mais uma educação moral forte, conservadora, patriarcal e respeito paranoico à ordem persecutória.

Traverso (2021, p. 18) reforçou fartamente a noção de pós-fascismo, para quem "o pós-fascismo pertence a um regime particular de historicidade – começo do século XXI –, o que explica seu conteúdo ideológico errático, instável e contraditório, no qual se misturam filosofias políticas antinômicas". Nesse plano, o pós-fascismo abrangeria três patamares: a) o identitarismo como representação majoritária a ser defendida; b) a impolítica como estratégia de dissolução do lugar das ideias e das marcas democráticas republicanas, voltadas para o convívio com a alteridade, cedendo lugar à parasitagem oportunista dos poderes públicos, abertamente fruto do pensamento de Esposito (2015); c) crenças funcionando como mistificação ou "alucinose", ou seja, "uma distorção efetiva da *capacidade de pensar* fundada na necessidade de *saturar* a realidade com a desejos que não suportam frustração", nos termos de Ab'Sáber (2019, p. 129, grifos do autor), elemento vital ao ódio e na criação de inimigos imaginários.

Nesse arcabouço, sintetiza Traverso (2021, p. 81):

> O "povo mau" – os imigrantes, os muçulmanos, os negros dos subúrbios, as mulheres de véu, os viciados e os marginais – se juntou aos membros das classes que adotaram costumes liberais: feministas, gays, antirracistas, ambientalistas e defensores dos direitos dos imigrantes [ou direitos humanos]. Finalmente, as "boas" pessoas, na imaginação pós-fascista são nacionalistas, antifeministas, homofóbicas, xenofóbicas e nutrem uma clara hostilidade contra a ecologia, a arte moderna e o intelectualismo.

O que proponho é outra perspectiva: megafascismo. O que fundamenta esta noção é o fato de que Deleuze e Guattari (1992, 2010, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2012c, 2014), sem mencionar os *Escritos para o Anti-Édipo* de Guattari (2012b), trabalharam com a noção de megamáquina. A megamáquina é resultante das conurbações das máquinas sociais, técnicas, simbólicas, burocráticas etc. afeitas aos sentidos das representações capitalistas. Eles extraíram a ideia de megamáquina de Lewis Munford (1967, 1970). Para o historiador das técnicas americano, a constituição imperial na Antiguidade, por exemplo, o Egito, demonstrava a concentricidade política, religiosa, cultural, linguística, bélica e defensiva, sedentária, técnica e científica. Esse conjunto associativo e codependente era a megamáquina[1]. Em dimensão sintética, a megamáquina expressa que

> O desejo de uma vida sem limites fez parte da superação geral dos limites que a primeira grande reunião de poderes por meio da megamáquina provocou. As fraquezas humanas, sobretudo a fraqueza da mortalidade, foram contestadas e desafiadas (Mumford, 1967, p. 202).

Assim, o megafascismo estaria para a ideia de megamáquina capitalista que, para efeitos de delimitação, seguirei circunscrevendo ao neoliberalismo. Mas o megafascismo seria também uma noção capaz de compreender, de modo abrangente, os *phylums* da história do fascismo. Fascismos e microfascismos estão aí resguardados. Isso é importante para se pensar o nexo causal de algumas questões contemporâneas. A essa altura, "o governo foi substituído por *governança*, o resultado de uma financeirização da política que transformou o Estado em uma ferramenta que incorpora e dissemina a razão neoliberal" (Traverso, 2021, p. 23), gerando justamente a condição de uma sociedade ingovernável (Chamayou, 2019).

Não obstante, a governança é o fiel da balança das crises instaladas na governamentalidade neoliberal, donde a suposição de contínuo aprimoramento na eficiência, previsibilidade e calculabilidade da gestão,

[1] Para uma análise mais detida do sentido e alcance de megamáquina, consultar Carvalho (2024).

tendo por parâmetro a gestão financeira. Por exemplo, a redução das experiências educativas coladas às demandas de índices de avaliações internacionais como o Pisa, este, orquestrado pela OCDE, converge para a governança pautada por pressões da financeirização especulativa por lucros insaciáveis. Conforme as respostas esperadas se distanciam da planificação dos índices demandados pela governança neoliberal, ataca-se a educação pública alegando a sua insuficiência. Por extensão, justificam-se reduções e cortes orçamentários pelos investimentos públicos de larga escala para se defender a privatização da própria educação. Não menos importante, criam-se enredos discursivos extremos, alegando-se desvio de função formativa da escola: o movimento Escola Sem Partido, o combate às educações de gênero, o acumpliciamento do poder militar na composição de Escolas Cívico-Militares, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), planificando e impondo os mesmos circuitos de competências e habilidades, por sua vez, em função da precarização do trabalho (Carvalho, 2020a) ou, como recentemente no Estado de São Paulo, propondo-se a supressão de livros físicos em detrimento da imposição digitalizante, sem contar a obrigação de que os(as) diretores(as) das escolas passem a acompanhar *in loco* as aulas de "seus/suas" docentes. Mas o essencial, é que tudo isso é caudatário do contexto histórico do megafascismo que atravessa a contemporaneidade.

Soma-se, a tal cenário, as análises de Eco (2018) acerca do Urfascismo e as de Pasolini (1996, 2008, 2022). Ambas auxiliam na fundamentação conceitual do megafascismo. Foi igualmente Munford (1967) que forneceu substrato à ideia de Urstaat muito utilizada por Deleuze e Guattari (2010) para se referirem ao Estado primordial. Trata-se da ideia de que o Estado não foi invenção (*Erfindung*) moderna, mas concebido pela sanha imperial antiga, representado, no caso, pela cidade de *Ur* e, ao mesmo tempo, jogando com o prefixo alemão Ur, que designa palavras tais como *Ursprung*: origem, início. Eco não mencionou de onde tirou a ideia de Urfascismo. Mas se o megafascismo está para o a megamáquina capitalista o Urfascismo a ela se subsume.

O caso de Pasolini é mais emblemático. De modo amplo, ele identificava no que denominou de "novo capitalismo", que a bem da verdade era o paleo-neoliberalismo dos anos de 1970, a necessidade de supressão de todos os aspectos da singularidade humana. Mas quando Pasolini (2022) escreveu *O Fascismo dos Não Fascistas*, ele menciona a feição, em italiano *Identik*, de um fascismo benevolente que nada mais é do que a acomodação generalizada à ordem do consumo. O consumismo seria para ele totalitário, pois a vida assim estaria reduzida à obsolescência do imediatismo.

Entretanto, a ideia de *Identik*, por mim tomada ao pé da letra, fez-me pensar no fato de que o novo capitalismo demanda *kits* de identidade para os quais as pessoas devem se adaptar, eis daí o importante sentido de representação em Deleuze e Guattari. Na política, na estética, no consumo, na linguagem, nas semióticas de modo geral, na cognição, nos afetos, nas sexualidades, nas potências de vida, enfim, no plano da produção subjetiva abrangente, estão presumidas modelagens por antecipação por *kits* de identificação. Seria o *socius inscriptor* levado às últimas consequências. Logo, conforme o alongamento dos objetivos deflagrados na busca por eficiência de respostas satisfatórias nas margens estabelecidas como retroalimentação à ordem do capitalismo neoliberal, cada subjetividade tem, dentro de suas demandas, de entregar-se de voluntariosamente. É certo que a educação é atingida frontalmente nessa dimensão. Para Pasolini (1996), assim, não haveria mais lugar para "a palavra de escândalo" e a ferocidade do banal aniquilaria toda singularidade em forma do "ser comum dialetal", o que ele reforçava nos *Escritos Corsários* (2008), denunciando a violência física, simbólica, política e cultural da direita política de seu tempo na medida que convinha aos modelos antropológicos do capitalismo: isso era, para Pasolini, o novo fascismo.

Ora, quando Deleuze e Guattari (2010, p. 386) afirmaram que "Hitler dava tesão nos fascistas. As bandeiras, as nações, os exércitos e os bancos dão tesão em muita gente", acrescentando, no mesmo lugar, que "uma máquina revolucionária nada é enquanto não adquirir pelo menos tanta potência de corte e de fluxo quanto essas máquinas coercitivas", ao cabo, estariam fornecendo subsídios teóricos para se investigar a emersão

dos “novos tesões”. Para tanto, há de se considerar as maneiras pelas quais o neoliberalismo cunhou a imagem de “perverso” para todos os que não se enquadrassem na estabilidade familiar exigente à caução da estabilidade econômica (Cooper, 2019). Recentemente, Hosang e Lowdens (2019) mostraram que os patriotas passaram a ser associados aos cidadãos produtivos neoliberais e afins de todos os princípios regentes do megafascismo. Enquanto isso, os “parasitas” são todos aqueles considerados “dependentes” do Estado ou prementes da justiça social. Em outras palavras, é o conjunto de cidadãos excluídos sócia e economicamente da boa fortuna neoliberal e, portanto, demandadores das políticas públicas, isto é, os supostos geradores de despesas.

Levando isso em consideração, pode-se compreender o megafascismo como convergência útil à ingovernamentalidade neoliberal de crises (Chamayou, 2020). De todo modo, o megafascismo se orienta por ações pautadas por giros autoritários que, diferentemente do fascismo como feixe – *fascio* – organizado politicamente, atua de forma impolítica, isto é, nas lacunas geradas pela fragilização da participação democrática na própria vida política (Esposito, 2015; Traverso, 2021). Impolítica não quer dizer ausência da maneira política de se agir. Sua estratégia é alucinar, conturbar e chocar as tratativas políticas pautadas por referências, regras, princípios constitucionais e democráticos. A impolítica agencia conluios à base de criação fantasiosa de inimigos e, assim, contribui caudalosamente para a manutenção das crises gestadas pelo neoliberalismo. Na *impolítica*, o Estado se transforma em um “clube” VIP de grileiros do poder econômico. O megafascismo, por conseguinte, compõe o *éthos* do que poderia ser chamado de populismo neoliberal.

Quo buono – a quem beneficia? Megafascismo e neoliberalismo são capazes de instilar caos, desorientação, perturbação nos poderes públicos e democraticamente reconhecidos, além de produzir distorções na realidade política e nas concepções das diretrizes de seguridade social, por agenciamento de crenças e de identitarismos, por sua vez, ambos atravessando e sendo atravessados pela impolítica, permitindo-me dizer, com boa dose de convicção: o megafascismo seria a racionalidade dos

interesses do neoliberalismo, consumando a gestação das crises com a criação latente de novas crises (Carvalho, 2023) e a supremacia do individualismo contemporâneo (Twenge; Campbell, 2013).

De um lado, porque o megafascismo é gérmen estruturante de crises constantes ao pulverizar nos territórios existenciais crenças e políticas identitárias, responsáveis por capturar as diferenças políticas, sociais, partidárias, religiosas, sexuais, científicas, étnicas, artísticas, corporais, de gênero e de nacionalidade às reduções exclusivas, lutando contra elas o tempo todo. Assim, a política reduzida à identidade é míope e perigosa, pois bloqueia um dos papeis fundamentais da política democrática: superar e ultrapassar o identitarismo de ódio ao estranho, ao estrangeiro, ao diferente e ao singular (Glucksmann, 2007).

De outro lado, porque o megafascismo normaliza a impolítica como jogo de vale tudo, absolutamente interessante ao neoliberalismo. Nas regras do mercado, nada deve ser respeitado para se garantir lucros e dividendos: povos originários, natureza, reservas florestais, agroecologia, o ar, a água, a multiplicidade da ecologia subjetiva, expressões singulares de pensamento, de arte, de prazer etc. Por conseguinte, "se é verdade que as leis do mercado governam o mundo, é verdade também que a vasta maioria do povo será sempre perdedora, o que continuará a alimentar o nacionalismo e a xenofobia" (Traverso, 2021, p. 59) e a política de inimizade (Mbembe, 2021a). Com efeito, o neoliberalismo nunca potencializa a face político-democrática e a razão crítico-esclarecedora. Ele é a própria dissipação do modelo de guerra "pacificadora" instaurado pelo capitalismo neoliberal, conforme Alliez e Lazzarato (2016), uma vez que a economia se tornou a política de guerra do capital. Em questão emerge a seguinte perspectiva: "o capitalismo global integrado é a axiomática da máquina de guerra do Capital que foi capaz de submeter a desterritorialização do Estado à superior desterritorialização do Capital", precisam Alliez e Lazzarato (2016, p. 20).

Considerações finais: as potências diabólicas sempre baterão à porta?

Ao longo deste artigo busquei desenvolver a noção de megafascismo. A sua possibilidade foi pautada pela forma transformacional pelos modos com os quais Deleuze e Guattari foram recepcionando intensidades distintas para o fascismo. Ao situarem tais mudanças no terreno da sociedade capitalista, tais autores acabam por assinalar o ponto sempre maturável das consequências sociais e produtivas de subjetividades sob o totalitarismo do capitalismo. Tomando o neoliberalismo como o ponto atual dessa maturação, o megafascismo seria um agenciamento praticamente global à serviço das mutações dos modos de ser atuais, porém, sob formas respondentes à sua constituição.

O desenvolvimento da noção de megafascismo apenas se iniciou aqui. Todavia, a sua natureza teórico-conceitual poderá, quem sabe, produzir desdobramentos na direção de se pensar outros fundamentos teóricos para a educação, visando agenciamentos de intervenções no pensamento e no presente. Por exemplo, há de se perguntar como as minorias epistemológicas e de singularidades corpóreas, comunidades LGBTs, o pensamento afro-brasileiro, os corpos deficientes, que são considerados ineficazes e improdutivos para o neoliberalismo, os sujeitos dependentes do resguardo redistributivo do Estado no plano da educação, saúde, segurança alimentar etc. são sopesados pela megamáquina do megafascismo. Via de regra, tais sujeições tensionam a composição dos consensos dos qualificados. À luz do megafascismo, a retribuição resguardada para eles se reduz aos mesmos operadores convenientes à manutenção das linhas de forças justificadoras do próprio megafascismo.

Desse ponto de vista, o artigo dispara uma grade analítica cuja função ulterior é disparar questões que mobilizem o pensar nas implicações dos modos de ser no cenário incontornável do megafascismo. Assim, diante da indissolúvel relação do megafascismo com o neoliberalismo, de que modo se poderia ensaiar experiências de intervenção modificadora nos modos produtivos do hiper neoliberalismo megafascistizante? E mais, não seria a educação um foco de experiência

privilegiado para se ensaiar resistências e intervenções nos modelos de produção subjetivas neoliberais? E como, minimamente, delinear maneiras micropolíticas de despontencializar, pela educação, o megafascismo e a modelização subjetiva neoliberal? São questões que se dispõem como plano de fundo do arcabouço analítico aqui empreendido e cujos esforços em respostas estão no horizonte de outra história, a ser ainda escrita.

De todo modo, talvez, sem perder de vista o que Deleuze e Guattari (2014, p. 76-77, grifos dos autores) também propuseram em *Kafka – por uma Literatura Menor*, ainda haveremos de pensar:

> Uma linha de fuga, sim, mas de modo algum um refúgio. A linha de fuga criadora arrasta com ela toda a política, toda a economia, toda a burocracia e a jurisdição: ela as suga, como o vampiro, para fazê-las emitir sons ainda desconhecidos que são os do próximo futuro – fascismo, stalinismo, americanismo, *as potências diabólicas que bem à porta*.

Referências

AB'SÁBER, Tales. *Michel Temer e o fascismo comum*. São Paulo: Hedra, 2018.

AB'SÁBER, Tales. Crise, alucinose e mentira: o anticomunismo do nada brasileiro. *In*: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Ee.). *Conservadorismo, fascismo e fundamentalismos*: análises conjunturais. Campinas: Editora Unicamp, 2019. p. 117-142. DOI: https://doi.org/10.7476/9788526815025.0005.

ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo. *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos*. Análises conjunturais. Campinas: Editora Unicamp, 2019. DOI: https://doi.org/10.7476/9788526815025.

ALLIEZ, Éric; LAZZATO, Maurizio. *Wars and capitalism*. South Pasadena: Semiotext(e), 2016.

BERARDI, Franco. *A fábrica da infelicidade*: trabalho cognitivo e crise da new economy. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BOBIO, Noberto. *Dicionário de política*. vol. 1. Brasília: Editora UNB, 1998.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAY, Mark. *Antifa*. *O manual antifascista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática na Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; ALMEIDA, Jonas Rangel. Neoconservadorismo e arcaísmos no neoliberalismo: implicações para a corrosão da inclusão escolar. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 35, p. 1-21, 2022. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X71319.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Foucault e o neoliberalismo de subjetividades precárias: incidências na escola pública brasileira. *Revista Artes de Educar*, São Gonçalo, v. 6, n. 3, p. 935-956, 2020. DOI: https://doi.org/10.12957/riae.2020.54579.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Neoliberalismo e governamentalidade de crises no pós-fascismo: que pode a educação? *Práxis&Saber*, Boyacá, v. 14, n. 38, p. 1-17, 2023. DOI: https://doi.org/10.19053/22160159.v14.n38.2023.15070.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Megamáquina e condição humana: urgências éticas no mundo da técnica. *Cuestiones de Filosofía*, Boyacá, v. 10, n. 35, p. 101-121, 2024. DOI: https://doi.org/10.19053/uptc.01235095.v10.n35.2024.17170.

CHAMAYOU, Grégoire. *A sociedade ingovernável. Uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu, 2020.

COOPER, Melinda. *Family values*: between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo*. Capitalismo e Esquizofrenia 1. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e Esquizofrenia 2. vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e Esquizofrenia 2. vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2011b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e Esquizofrenia 2. vol. 3. São Paulo: Editora 34, 2012a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e Esquizofrenia 2. vol. 4. São Paulo: Editora 34, 2012b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e Esquizofrenia 2. vol. 4. São Paulo: Editora 34, 2012c.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka*: por uma literatura menor. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ECO, Umberto. *Fascismo Eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

ESPOSITO, Roberto. *Categories of the impolitical*. Nova York: Fordham University Press, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits III*. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Qu'est-ce que la critique?* Suivi de La culture de soi. Paris: Vrin, 2015.

FRASER, Nancy. *Capitalismo canibale. Come il sistema sta devorando la democrazia, il nostro senso di comunità e il pianeta*. Roma: Tempi nuovi, 2022.

GALLO, Silvio; ESPINEL-BERNAL, Oscar. Educación y Crisis Contemporáneas. *Praxis & Saber*, Boyacá, v. 14, n. 34, 2023. DOI: https://doi.org/10.19053/22160159.v14.n38.2023.16685.

GLUCKSMANN, André. *O discurso do ódio*. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

GUATTARI, Félix. *Caosmose*: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, Félix. Des subjectivités pour le meilleur et pour le pire. *Chimères*, Paris, v. 50, p. 63-75, 2003. DOI: https://doi.org/10.3917/chime.050.0062.

GUATTARI, Félix. *Les Annés d'Hiver*. Paris: Prairies Ordinaires, 2009.

GUATTARI, Félix. *Lignes de fuites*. Pour un autre monde de possibles. Paris: L'Aube, 2011a.

GUATTARI, Félix. *L'inconscient machinique*: essais de schizo-analyse. Paris: Éditions Recherche, 2011b.

GUATTARI, Félix. *Lignes de fuites. Pour un autre monde de possibles*. Paris: L'Aube, 2011c.

GUATTARI, Félix. *La révolution moleculaire*. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2012a.

GUATTARI, Félix. *L'inconscient machinique*: essais de schizo-analyse. Paris: Éditions Recherche, 2011b.

GUATTARI, Félix. *Écrits pour L'Anti-Œdipe*. Paris: IMEC, 2012c.

GUATTARI, Félix. *La révolution moleculaire*. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2012d.

GUATTARI, Félix. *Desejo e revolução*. São Paulo: Sobinfluências, 2022.

JAPPE, Anselm. *A sociedade autofágica*: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021.

HOSANG, Daniel M.; LOWDNS, Joseph E. *Producers, parasites, patriotes*. Race and the new right-wing politics of precarity. London: University of Minnesota Press, 2019. DOI: https://doi.org/10.5749/j.ctvdjrrcq.

KLEIN, Naomi. *The shock doctrine. The rise of disaster capitalism*. New York: Picador, 2007.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: FCEA, 2005.

LAZZARATO, Maurizio. *Gouverner par la dette*. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2014.

LAZZARATO, Maurizio. *Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: N-1, 2019.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. São Paulo: N-1, 2021a.

MBEMBE, Achille. *Brutalismos*. São Paulo: N-1, 2021b.

MUMFORD, Lewis. *Technics and Human Development*. The myth of the machine. New York: A Harvest/HBJ Book, 1967.

MUMFORD, Lewis. *The pentagon of power*. The myth of the machine. New York: A Harvest/HBJ Book, 1970.

PASOLINI, Pier Paolo. *Le belle bandiere. Dialoghi 1960-1965*. Roma: Editori Reuniti, 1996.

PASOLINI, Pier Paolo. *Scritti corsari*. Milão: Garzanti, 2008.

PASOLINI, Pier Paolo. *Il fascismo degli antifascisti*. Milano: Garzanti, 2020.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SLOBODIAN, Quinn. *Globalists. The end of empire and the birth of neoliberalism*. Massachusetts: Harvard University Press, 2018. DOI: https://doi.org/10.4159/9780674919808.

STANDING, Guy. *O precariado. A nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

TODOROV, Tzvetan. *Inimigos íntimos da democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TRAVERSO, Enzo. *As novas faces do fascismo. Populismo e extrema direita*. Belo Horizonte: Trotsdem, 2022.

TWENGEE, Jean M.; CAMPBELL, Keith W. *The narcissism epidemic*. New York: Atri, 2013.

ZUBBOF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism*. New York: PublicAffairs, 2019.

Data de registro: 14/08/2024

Data de aceite: 27/11/2024